



# **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO**

**CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025**

## Balço em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	9	810 505,28	801 422,80
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros	15 17	3 098,02	3 098,02
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
Outros créditos e ativos não correntes	24		
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>813 603,30</b>	<b>804 520,82</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	20	7 050,98	5 273,08
Créditos a receber		50 235,80	49 620,80
Estado e outros entes públicos	25	5 274,69	6 162,37
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
Diferimentos		8 242,60	5 969,85
Outros ativos correntes	20		
Caixa e depósitos bancários	5	225 147,79	145 377,73
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>295 951,86</b>	<b>212 403,83</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 109 555,16</b>	<b>1 016 924,65</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		25 500,00	25 500,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		616 701,01	566 114,56
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		196 012,58	205 818,26
Resultado líquido do período		74 863,71	50 899,23
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>913 077,30</b>	<b>848 332,05</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11,12		
Outras dívidas a pagar			
<b>Total do passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	4 770,12	24 443,27
Estado e outros entes públicos	25	37 554,34	30 500,31
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros			
Financiamentos obtidos	11,12		
Diferimentos			
Outros passivos correntes		154 153,40	113 649,02
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>196 477,86</b>	<b>168 592,60</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>196 477,86</b>	<b>168 592,60</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 109 555,16</b>	<b>1 016 924,65</b>

## Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	22	1 498 228,01	591 907,85
Subsídios, doações e legados à exploração	32	41 336,46	716 215,15
Variação nos inventários da produção	20		
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-213 103,61	-174 401,65
Fornecimentos e serviços externos	27	-226 752,11	-229 898,22
Gastos com o pessoal	28	-1 010 233,05	-855 306,06
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14		
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29	25 384,68	46 870,97
Outros gastos		-989,33	-3 865,96
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>113 871,05</b>	<b>91 522,08</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	-38 979,19	-40 029,42
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>74 891,86</b>	<b>51 492,66</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	88,71	51,18
Juros e gastos similares suportados	26		
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>74 980,57</b>	<b>51 543,84</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-116,86	-644,61
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>74 863,71</b>	<b>50 899,23</b>




**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO**

Contribuinte: 502317680

Demonstração de fluxos de caixa - período findo em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 498 654,96	631 613,74
Pagamentos de subsídios			-80,49
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	24	-472 398,77	-422 548,92
Pagamentos ao pessoal	28	-934 326,79	-588 880,83
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>91 929,40</b>	<b>-379 896,50</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-644,61	
Outros recebimentos/pagamentos		27 896,56	475 309,51
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>119 181,35</b>	<b>95 413,01</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	9	-39 500,00	
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	9		12 966,59
Ativos intangíveis	8		0,28
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	26		40,16
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-39 500,00</b>	<b>13 007,03</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	26		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	26		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento		88,71	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	26		
Juros e gastos similares	26		
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	26		
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>88,71</b>	
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>79 770,06</b>	<b>108 420,04</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		145 377,73	36 957,69
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>225 147,79</b>	<b>145 377,73</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período - BALANCETE		225 147,79	145 377,73

Órgão de Gestão: \_\_\_\_\_



Contabilista Certificado n.º 80045



# ANEXO

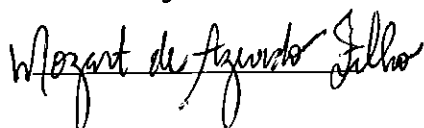
## 2025

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO
Morada	Rua Padre Eurico, nº 380
Código postal	3140-164
Localidade	MEÃS DO CAMPO

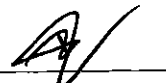
  

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	502317680
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Montemor-o-Velho
Capital social	0

O Órgão Diretivo



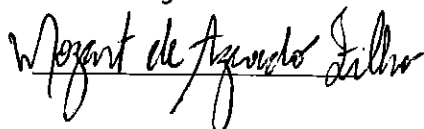
O Contabilista Certificado



## ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade .....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas .....	4
4)	Nota 4 - Ativos fixos tangíveis .....	8
5)	Nota 5 - Ativos intangíveis .....	8
6)	Nota 6 - Custos de empréstimos obtido .....	9
7)	Nota 7 - Inventário e ativos biológicos .....	9
8)	Nota 8 - Rendimentos e gastos .....	9
9)	Nota 9 - Provisões.....	12
10)	Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	12
11)	Nota 11 - Instrumentos financeiros .....	13
12)	Nota 12 - Benefícios de empregados.....	13
13)	Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço .....	13
14)	Nota 14 - Agricultura .....	13
15)	Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais.....	13
16)	Nota 16 - Outras divulgações .....	13

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



2

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025**

(Valores expressos em euros)

**1) Nota 1 - Identificação da entidade**

A Entidade CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO, tem a sua sede em MEÃS DO CAMPO, com o número de identificação fiscal (NIF) 502317680, com o CAE n.º 87301. A Entidade tem como atividade principal a ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL EM ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS.

**2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****a) Referencial Contabilístico**

Em 2025 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

**b) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**c) Regime do acréscimo**

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

**d) Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.


**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

**3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

## 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MEÃS DO CAMPO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

## 3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

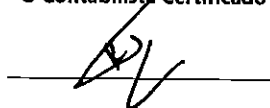
Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



4

resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

### 3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

### 3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

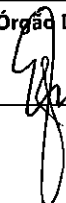
Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

### 3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

### 3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.11. Financiamentos bancários

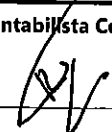
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

O Orgão Diretivo



O Contabilista Certificado



6

### 3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

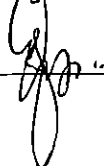
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

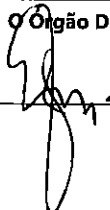
A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025.

	1/jan/25	Período	Transf.	Revaloriz.	31/dez/25
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	75 471	-	-	-	75 471
Edifícios e outras construções	1 232 636	-	-	-	1 232 636
Equipamento básico	160 107	3 217	-	-	163 323
Equipamento de transporte	223 531	39 500	-	-	263 031
Equipamento administrativo	80 314	-	-	-	80 314
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	4 731	5 658	-	-	10 389
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>1 776 790</b>	<b>48 375</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 825 165</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(535 923)	(24 095)	-	-	(560 018)
Equipamento básico	(151 247)	(3 250)	-	-	(154 496)
Equipamento de transporte	(204 410)	(11 206)	-	-	(215 617)
Equipamento administrativo	(79 056)	(450)	-	-	(79 506)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(4 731)	(292)	-	-	(5 023)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(975 368)</b>	<b>(39 292)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1 014 660)</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>801 423</b>	<b>9 082</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>810 505</b>

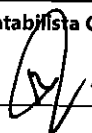
**5) Nota 5 - Ativos intangíveis**

Não se aplica.

O Orgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido**

Não se aplica.

**7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos**Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2025, é descrito na seguinte tabela:

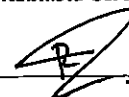
INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/25	31/dez/24
Inventário inicial	5 273	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	207 344	-
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	7 538	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(213 104)	-
Inventário final	7 051	-

**8) Nota 8 – Rendimentos e gastos**

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**Vendas e serviços prestados**

A decomposição de 2025 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/25	31/dez/24
Vendas de Mercadorias	54 817	-
Prestação de Serviços	1 443 411	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 498 228</b>	-

**Outros rendimentos**

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/25	31/dez/24
Quotas de Associados	-	-
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	25 385	-
<b>TOTAL</b>	<b>25 385</b>	-

**Resultados financeiros**

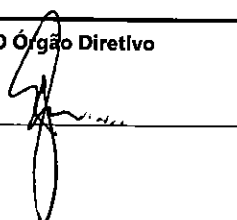
O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2025 e 2024:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/25	31/dez/24
Juros e rendimentos similares obtidos	89	-
Juros obtidos	89	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>89</b>	-

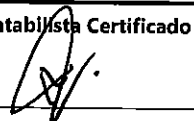
**Fornecimentos e serviços externos:**

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025:

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



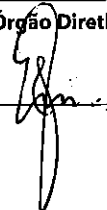
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/25	31/dez/24
Subcontratos	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>102 852</b>	-
Trabalhos especializados	79 485	-
Publicidade e propaganda	1 455	-
Vigilância e Segurança	261	-
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	21 460	-
Outros	191	-
<b>Materiais</b>	<b>16 837</b>	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13 571	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	3 266	-
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
<b>Energia e fluídos</b>	<b>71 430</b>	-
Electricidade	21 969	-
Combustíveis	10 493	-
Água	6 917	-
Outros	32 051	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>-</b>	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>35 633</b>	-
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	5 833	-
Seguros	9 718	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	43	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	20 039	-
Outros serviços	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>226 752</b>	-

### Gasto com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	808 854	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	176 703	-
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	9 869	-
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	14 807	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 010 233</b>	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**Provisões**

Não se aplica.

**Outros gastos e perdas**

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24
Impostos	286	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	-
Quotizações	575	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	129	-
<b>TOTAL</b>	<b>989</b>	-

**9) Nota 9 - Provisões**

Não se aplica.

**10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

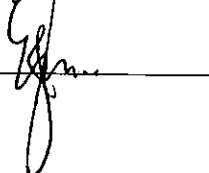
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

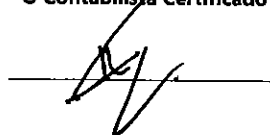
A decomposição de 2025 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Subsídios das entidades públicas	-	-
Subsídios de outras entidades	18 817	-
Doações e heranças	22 520	-
Legados	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>41 336</b>	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



12

**11) Nota 11 – Instrumentos financeiros**

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

**12) Nota 12 – Benefícios de empregados**

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

**13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**14) Nota 14 - Agricultura**

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

**15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**16) Nota 16 – Outras divulgações****Fluxos de caixa**

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

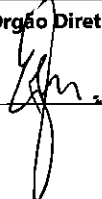
MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/25	31/dez/24
Caixa	1 665	1 775
Depósitos à ordem	213 483	133 603
Outros depósitos bancários	10 000	10 000
Outros instrumentos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>225 148</b>	<b>145 378</b>

**Cientes**

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2025 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/25	31/dez/24
Clientes c/c	18 451	29 778
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18 451</b>	<b>29 778</b>
Adiantamentos de Clientes	-	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

